



"SOU UMA, MAS NÃO SOU SÓ": ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DE MULHERES NEGRAS NA REDE SOCIAL INSTAGRAM

"SOY UNA, PERO NO SOY SOLA": ESTRATEGIAS DE RESISTENCIA DE LAS MUJERES NEGRAS EN LA RED SOCIAL INSTAGRAM

"I AM ONE, BUT I AM NOT ALONE": BLACK WOMEN'S RESISTANCE STRATEGIES ON THE SOCIAL NETWORK INSTAGRAM

*Deiziane Ferreira*¹

*Ana Paula Andrade*²

RESUMO

O presente artigo é parte da construção de uma pesquisa de mestrado em educação que tem como foco o processo educativo de mulheres negras na rede social *Instagram*. A ideia é investigar as ações de algumas mulheres que fazem uso dessa rede social para levantar pautas raciais, com um viés interseccional. Para este artigo, selecionamos algumas análises que estão sendo feitas no campo teórico e prático, as quais se remetem às criações de estratégias de resistência por mulheres negras na rede social supracitada. Para análise e referencial teórico, dialogamos, sobretudo com intelectuais negras que trabalham com a interseccionalidade numa perspectiva crítica, antirracista e antissexista. Evidenciamos, neste artigo, como mulheres negras são atravessadas por aspectos sócio-históricos, por discursos que as subjetivam e como elas têm se apropriado do *Instagram* para protagonizar seus discursos, compartilhar saberes, vivências e renunciar o controle externo da sua própria história.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Negras. Interseccionalidade. Resistência. Redes Sociais.

RESUMEN

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação stricto sensu Mestrado em Educação e Formação Humana, da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, bolsista ProBPG/UEMG. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

² Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGE UEMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

Este artículo es parte de la construcción de una investigación de maestría en educación, con foco en el proceso educativo de las mujeres negras en la red social Instagram. La idea es investigar el accionar de algunas mujeres que utilizan esta red social para plantear pautas raciales, con un sesgo interseccional. Para este artículo seleccionamos algunos análisis que se vienen realizando en el campo teórico y práctico, los cuales se refieren a la elaboración de estrategias de resistencia por parte de mujeres negras en la mencionada red social. Para análisis y referencia teórica dialogamos, especialmente con intelectuales negros que trabajan la interseccionalidad en una perspectiva crítica, antirracista y antisexista. Mostramos en este artículo cómo las mujeres negras son atravesadas por aspectos sociohistóricos, por discursos que las subjetivan y cómo se han apropiado de Instagram para protagonizar sus discursos, compartir conocimientos, experiencias y renunciar al control externo de su propia historia.

PALABRAS-CLAVE: Mujeres negras. Interseccionalidad. Resistencia. Redes sociales.

ABSTRACT

This article is part of the construction of a master's research in education, focusing on the educational process of black women on the social network Instagram. The idea is to investigate the actions of some women who use this social network to raise racial guidelines, with an intersectional bias. For this article, we selected some analyzes that are being carried out in the theoretical and practical field, which refer to the creations of resistance strategies by black women in the aforementioned social network. For analysis and theoretical reference, we dialogued, especially with black intellectuals who work with intersectionality in a critical, anti-racist and anti-sexist perspective. We show in this article how black women are crossed by socio-historical aspects, by discourses that subjectify them and how they have appropriated Instagram to star in their discourses, share knowledge, experiences and renounce external control of their own history.

KEYWORDS: Black Women. Intersectionality. Resistance. Social media.

* * *

*Povoada
Quem falou que eu ando só?
Nessa terra, nesse chão de meu Deus
Sou uma mas não sou só
Povoada
Quem falou que eu ando só?
Tenho em mim mais de muitos
Sou uma mas não sou só
Sued Nunes*

Introdução

O presente artigo é parte da construção de uma pesquisa de mestrado em educação, que tem como foco o processo educativo de mulheres negras na rede social *Instagram*. A ideia é investigar as ações de algumas mulheres que fazem uso dessa rede social para levantar pautas raciais e promover debates que constroem e reconstroem

suas subjetividades. Para este artigo, selecionamos algumas análises que estão sendo feitas no campo teórico e prático, as quais se remetem às criações de estratégias de resistência por mulheres negras na rede social supracitada.

O surgimento de novas Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs), no final do século XX e início do século XXI, permitiu que as pessoas transitassem por espaços além do *offline*³ e construíssem novas formas de interação. As TICs vêm sendo apropriadas por grupos dos setores subalternos possibilitando o aumento da circulação de informações e da participação de diferentes sujeitos em pautas sociais permitindo-lhes a construção de uma contra-hegemonia (BARBERO, 2014, p. 18).

Uma das principais ferramentas advindas das TICs são as redes sociais, que são amplamente adotadas por grupos que lutam por causas em comum. A maior parte dos movimentos sociais atuam nas redes sociais utilizando dos meios de comunicação e informação modernos (GOHN, 2011). Essas redes se caracterizam como métodos de interação de indivíduos em suas relações cotidianas, que surgem sob as demandas das subjetividades (AGUIAR, 2008, p. 15). Nesse contexto, se desenvolve o ativismo digital, que se apresenta como uma estratégia de discussão social, troca de informação, organização e mobilização de indivíduos por meios eletrônicos.

Mulheres negras historicamente estiveram envolvidas na luta contra o sexismo, o racismo e outras formas de subordinação buscando subverterem as normativas que lhes foram impostas secularmente. Atualmente essa luta vem ocupando os espaços das redes sociais para ampliar os debates acerca de suas causas. Observa-se que em redes, como o *Instagram*, mulheres negras, principalmente jovens, têm tido a oportunidade de protagonizar seus discursos dentro de uma sociedade que carrega a herança do silenciamento de tais sujeitas.

A mídia participa ativamente da constituição de sujeitos e subjetividades (FISCHER, 2002) e dentro dessa perspectiva cabe pensar nas redes sociais como um potente espaço que influencia as sujeitas na construção e reconstrução do seu modo de ser e estar no mundo. Assim, o local escolhido para desenvolver esta pesquisa foi o *Instagram*; uma rede social criada em 2010 que é essencialmente dedicada à partilha de fotos e vídeos frequentemente acompanhados de descrições em texto.

Essa escolha foi feita considerando que o *Instagram* passou a ser a 3ª rede social mais usada no Brasil em 2022, com 122 milhões de usuários e que entre esses 56,7%

³ Que não tem ligação direta ou remota a um computador ou a uma rede de computadores, como a Internet.

são mulheres⁴. Esse crescimento promove forte engajamento para as discussões que ali são feitas. Nesse sentido, enxergamos a possibilidade de reprodução de importantes diálogos acerca dos assuntos pautados por mulheres negras, quando estas se apropriam dessa rede social.

Ter mulheres negras como sujeitas desta pesquisa evidenciou a necessidade do debruçar teórico e metodológico sobre a interseccionalidade, já que permite reflexões sobre outros tipos de opressões intersectadas. Utilizamos o termo mulheres negras no plural por compreender que essas mulheres não devem ser pensadas como uma categoria universal, suas lutas são plurais e diversas, e nesse sentido, precisamos compreendê-las em suas multiplicidades.

Desse modo, o referencial teórico utilizado neste artigo se alicerça em um intercruzamento de teóricas que trabalham com a interseccionalidade numa perspectiva crítica, antirracista e antissexista, a exemplo de Kimberlé Crenshaw (1989, 2002), Carla Akotirene (2019), Audre Lorde (2009), Lélia Gonzalez (2020), Neusa Santos Souza (1983), Beatriz do Nascimento (1976, 2006), Djamila Ribeiro (2018), Vilma Piedade (2017), Letícia Nascimento (2021) entre outras. Além dessas, utilizamos teóricas e teóricos como o filósofo Michel Foucault por corroborar para a elucidação de conceitos que serão aqui trabalhados, como sujeito, subjetivação, subjetividade e dispositivo. Rosa Maria Bueno Fischer (2002) por analisar o conceito de dispositivo com um viés midiático. Manuel Castells (2013) e Barbero (2014) por refletirem sobre as novas tecnologias da informação e a formação de redes sociais, e Maria da Glória Gohn (2011) por pensar os movimentos sociais na contemporaneidade.

Na primeira parte desse artigo, discutimos como as mulheres negras são atravessadas por aspectos sócio-históricos e por discursos que as subjetivam. Na segunda parte, buscamos refletir sobre as novas práticas de mobilização de sujeitas que se identificam dentro de identidades coletivas e se articulam em defesa de suas demandas.

Cabe salientar que o intuito não é tomar as redes sociais com uma lente demasiadamente otimista de que por meio da articulação de mulheres negras no *Instagram* elas conseguirão subverter todos os discursos de controles sobre suas imagens, já que, situando nossas análises na intersecção de gênero, raça e classe, as

⁴ De acordo com o Relatório de Visão Geral Global Digital 2022, publicado em parceria com We Are Social e Hootsuite. Disponível em: <https://www.slideshare.net/DataReportal/digital-2022-essential-instagram-stats-for-q2-2022-v01>. Acesso em: 24 nov. 2022.

mulheres negras enfrentam maiores dificuldades de acesso à internet que mulheres brancas, homens brancos e homens negros⁵. Todavia, consideramos que o ativismo digital cumpre um papel relevante na difusão de ideias e se apresenta como parte das estratégias de resistências dessas mulheres que estão ocupando espaços, ainda negados devido a desigualdades, protagonizando seus discursos, compartilhando saberes e vivências e renunciando o controle externo da sua própria história.

Tornar-se sujeita: uma análise acerca dos processos de subjetivação de mulheres negras

Para analisarmos neste artigo como mulheres negras criam estratégias de resistências por meio da rede social *Instagram*, primeiramente, mostramos como estas são atravessadas por aspectos sócio-históricos e por discursos que as subjetivam. Como nos tornamos sujeitas? Como construímos nossas subjetividades? Como determinadas verdades são postas da forma como conhecemos hoje?

Essas questões abrem margem para refletirmos como determinados domínios de saber são instituídos, de forma a produzirem novos objetos, conceitos e técnicas, mas também produzirem novas formas de sujeitos. Segundo Foucault (1979):

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 1979, p. 12).

Esses discursos são históricos, são resultados de práticas sociais estabelecidas em determinada época. Para Foucault, o sujeito se constitui como fruto desses discursos que ao adquirirem caráter de verdades estabelecem valores, normas, saberes e comportamentos aceitáveis.

Os discursos e as verdades refletem relações de poder que, de acordo com o autor, é definido como um conjunto de forças que se embatem e advém de todas as relações que compõem os espaços sociais. É a partir dessas relações de poder que se

⁵ De acordo com a pesquisa “Democracia e representatividade: novas formas de representação diante da transformação digital” realizada para o Instituto Lula no segundo semestre de 2021. Disponível em: https://institutolula.org/2022_politicaerepresentacao_livreto01.pdf. Acesso em: 20. nov. 2022.

estabelecem algumas verdades consideradas universais e como resultado dessas verdades são constituídos sujeitos e subjetividades.

Segundo Foucault (2016, p. 13), o sentido da relação que estabelecemos com nós mesmos não se trata somente da relação que temos com nossa própria individualidade, mas também da que temos com os outros. Falar sobre processos de subjetivação implica na discussão sobre subjetividades, na qual Foucault define como a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, na qual se relaciona consigo mesmo e com o outros (FOUCAULT, *apud* LARROSA, 1994, p. 55). Para ele, a subjetividade é um processo de construção que ocorre dentro de um determinado espaço e tempo, por meio de uma série de dispositivos que incluem a família, a escola, o trabalho e demais práticas sociais.

O conceito de dispositivo, apresentado por Foucault (2000), é importante para pensarmos a constituição de sujeitos e subjetividades a partir da sua relação com a rede social *Instagram*. Foucault define dispositivo como sendo:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 2000, p. 244).

Rosa Maria Bueno Fischer (2002, p. 153) nos ajuda refletir sobre o conceito de dispositivo com base em uma perspectiva midiática que, segundo ela, participa ativamente da constituição de sujeitos e subjetividades, a partir da produção de imagens, significações e saberes que, de certa forma, se dirigem à educação das pessoas. A autora define o dispositivo pedagógico da mídia:

como um aparato discursivo (já que nele se produzem saberes, discursos) e ao mesmo tempo não discursivo (uma vez que está em jogo nesse aparato uma complexa trama de práticas, de produzir, veicular e consumir TV, rádio, revistas, jornais, numa determinada sociedade e num certo cenário social e político), a partir do qual haveria uma incitação ao discurso sobre “si mesmo”, à revelação permanente de si; tais práticas vêm acompanhadas de uma produção e veiculação de saberes sobre os próprios sujeitos e seus modos confessados e aprendidos de ser e estar na cultura em que vivem. (FISCHER, 2002, p. 155).

Apesar de Fischer (2002) não abordar especificamente as redes sociais, consideramos que elas também se configuram como dispositivos que atuam sobre o

processo de subjetivação e produção de subjetividades do indivíduo, por se tratar de um dos meios de informação e comunicação da atualidade que produzem e compartilham elementos ditos e não ditos.

Sueli Carneiro (2005) aponta:

[...] que essa noção de dispositivo oferece recursos teóricos capazes de apreender a heterogeneidade de práticas que o racismo e a discriminação racial engendram na sociedade brasileira, a natureza dessas práticas, a maneira como elas se articulam e se realimentam ou se re-alinham para cumprir um determinado objetivo estratégico [...]. (CARNEIRO, 2005, p.39).

A autora expõe que a classe dominante instituiu um padrão estético desejável, bem como a forma de amor e de sexualidade, demarcando assim diferenciações entre cada agrupamento humano que não se encaixa nesse padrão.

Segundo Foucault:

[...] em cada momento da história a dominação se fixa em um ritual; ela impõe obrigações e direitos; ela constitui cuidadosos procedimentos. Ela estabelece marcas, grava lembranças nas coisas e até nos corpos; ela se torna responsável pelas dívidas. (FOUCAULT, 1979, p. 25).

Neusa Santos Souza (1983) nos ajuda a refletir sobre as marcas que corpos negros carregam. Ao fazer uma análise sobre o processo de constituição do sujeito negro no Brasil a autora aborda a dificuldade das pessoas negras se constituírem positivamente dentro de uma sociedade com ideais hegemônicos brancos. A mesma afirma que “□a sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior” (SOUZA, 1983, p.19). Essas demarcações foram feitas por meio de práticas e discursos que perpassam relações de poder.

Segundo Chimamanda Ngozi Adichie (2019), existe um “perigo na história única”, e sabemos que as histórias contadas sobre mulheres negras e verdades secularmente impostas sobre elas foram construídas de formas negativas, por um ideal hegemônico branco. Circulam sobre essas mulheres discursos que se tornaram estereótipos como o da mulher negra subalterna, como aquela que está em certos espaços apenas para servir e o da mulher negra objetificada e hipersexualizada. Nessa perspectiva, às mulheres negras são dirigidos enquadramentos sociais que delimitam espaços reconhecíveis para os seus corpos e as relações estabelecidas consigo mesmas e

com os outros são marcadas por determinadas práticas e discursos que produzem suas subjetividades.

Por esses motivos, quando falamos de mulheres, se faz necessário um olhar que enxergue para além do gênero, pautando as interseccionalidades a fim de compreender os diferentes processos que atravessam as suas vivências. O termo interseccionalidade foi cunhado pela afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989. A autora utiliza uma metáfora de intersecção para fazer uma analogia em que raça, etnia, gênero e classe constituem em “avenidas” que estruturam os terrenos sociais, políticos e econômicos. Para ela, essas avenidas são definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes. Crenshaw (2002) salienta que:

As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias. As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o tráfego que flui através dos cruzamentos. Esta se torna uma tarefa bastante perigosa quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções. (CRENSHAW, 2002, p.177).

Dessa forma, a interseccionalidade nos possibilita compreender as sobreposições de opressões que está submetida uma pessoa, em especial, a mulher negra.

Carla Akotirene (2019, p.14) evidencia que a interseccionalidade, para além de nos permitir enxergar a colisão das estruturas e a interação simultânea das avenidas identitárias, nos possibilita enxergar também o fracasso do feminismo hegemônico em contemplar a pluralidade de mulheres; ao se falar de gênero, é preciso destacar que dentro dessa vertente existem intersecções. Da mesma forma, para Avtar Brah (2006), o grupo de mulheres não é homogêneo, portanto os padrões impostos sobre elas se diferenciam:

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. [...] Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes”. [...] O signo “mulher” tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero. Seu fluxo semiótico assume significados específicos em discursos de diferentes “feminilidades” onde vem a simbolizar trajetórias, circunstâncias

materiais e experiências culturais históricas particulares. (BRAH, 2006, p. 341).

Nesse sentido, os movimentos feministas por vezes foram falhos ao não abarcar as experiências vivenciadas pelas mulheres negras, já que “enquanto mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, mulheres negras lutavam para ser consideradas pessoas” diante de um histórico de escravização que retirou sua humanidade, como bem afirma Djamila Ribeiro (2018, p. 34).

Judith Butler (2003) destaca que:

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é [...] o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente construídas. [...] A presunção política de ter de haver uma base universal para o feminismo, a ser encontrada numa identidade supostamente existente em diferentes culturas, acompanha frequentemente a ideia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular, discernível na estrutura universal ou hegemônica da dominação patriarcal ou masculina. (BUTLER, 2003, p. 21).

Falar sobre mulheres implica na discussão sobre os corpos considerados normativos e sobre os corpos que não conseguem se “materializar” na sociedade. Dentro dessa perspectiva, cabe pensar nas experiências e nas opressões sofridas pelas sujeitas não apenas pautadas em seu gênero, mas também na categoria racial, uma vez que os corpos são lidos socialmente de formas distintas a depender dos marcadores sociais que carregam.

Apesar do termo interseccionalidade, enquanto uma proposta teórica, ter sido organizado e articulado por Crenshaw no século XX, não podemos ignorar, como bem salienta Akotirene (2019), que as reivindicações de mulheres negras a partir do século XIX já pressupunham as opressões inter cruzadas que sofriam. Como exemplo, podemos citar o discurso que ficou conhecido como “*Eu não sou uma mulher?*”⁶ da abolicionista e ex-escravizada Sojourner Truth (1851), onde ela articula as estruturas de racismo, capitalismo, cisheteropatriarcado e etarismo questionando a categoria mulher universal; mostrando que se a maternagem obrigatória revela um destino biológico para todas as

⁶ Título original: “Ain’t I A Woman?”

mulheres, seria oportuno ressaltar que as filhas e os filhos das africanas eram vendidos escravizados. (AKOTIRENE, 2019, p. 17):

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 1851).

Por meio desse discurso, Sojourner Truth mostrou que sua experiência enquanto mulher era marcada sobretudo pela sua condição de raça e evidenciou a grande questão que atravessava a vida das mulheres negras. Elas não eram consideradas mulheres, portanto não eram pensadas pelo feminismo branco.

Assim como Sojourner Truth antecedeu o discurso sobre interseccionalidade, é possível identificarmos no Brasil, nos anos de 1970, uma movimentação de mulheres negras que já revelavam a preocupação de que o gênero deveria ser pensado atrelado a outros marcadores sociais:

Em 1975, no início da Década das Mulheres promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), as mulheres negras apresentaram o Manifesto das Mulheres Negras no Congresso das Mulheres Brasileiras. O manifesto chamou atenção para como a vida das mulheres negras no trabalho, na família e na economia era moldada por gênero, raça e sexualidade. Durante essa década, as feministas brancas permaneceram indiferentes ou incapazes de abordar as preocupações das mulheres negras. Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e muitas outras ativistas feministas negras continuaram a lutar pelas questões relativas às mulheres negras. Essa luta é ainda mais notável quando se sabe que ocorreu sob o regime militar no Brasil (1964- 1985) e precedeu o entendimento contemporâneo da interseccionalidade. (COLLINS; BILGEN, 2020, p.41).

Podemos citar algumas intelectuais negras que apresentam perspectivas de análise que levam em consideração as interações entre um ou mais marcadores sociais. Beatriz do Nascimento (1976), no artigo "*Mulher negra no mercado de trabalho*" aponta para a manutenção das hierarquias de dominação sobre a mulher negra que

foram consolidadas há séculos na sociedade brasileira pelas influências da colonização. A autora destaca que essas mulheres continuam a ocupar os cargos mais subalternizados, mesmo após a dinamização do mercado de trabalho, na década de 1930.

Ao encontro dessa discussão, Neusa Santos Souza (1983) corrobora com a ideia de que a raça não pode se desvincular da experiência de classe, uma vez que, no processo de constituição do sujeito negro no Brasil, a classe é elemento constitutivo da violência racista. Também pensando para além do gênero, Lélia Gonzalez (1988), ao apresentar a categoria *amefricanidade*⁷ faz uma discussão que diz sobre a importância do feminismo negro considerar as vivências locais, pois embora as experiências de mulheres negras norte-americanas serem necessárias para se pensar a luta antirracista é preciso se atentar as particularidades geográficas.

Assim, de acordo com Akotirene (2019), a interseccionalidade se configura como uma sensibilidade analítica pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracistas, que era focado sobretudo nos homens negros. A autora enfatiza ainda, amparada na metodologia de Patricia Hill Collins, que a interseccionalidade não se configura como a soma de opressões, mas sim como uma interação entre elas:

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialista, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas. (AKOTIRENE, 2019. p. 27).

Nesse sentido, não existe hierarquia de opressão, como bem afirma Audre Lorde (2009). Os eixos de discriminação atravessam as sujeitas de forma simultânea. Uma mulher, negra e lésbica vivencia opressões de gênero, raciais e heteronormativas de forma coexistente:

Dentro da comunidade lésbica eu sou Negra, e dentro da comunidade Negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas Negras é uma questão lésbica e gay, porque eu e milhares de outras mulheres Negras

⁷ Diz sobre a reconstrução da ancestralidade ameríndia e africana que durante o processo de colonização foi apagada da história.

somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão de Negros, porque milhares de lésbicas e gays são Negros. Não existe hierarquia de opressão. Eu não posso me dar ao luxo de lutar contra uma forma de opressão apenas. Não posso me permitir acreditar que ser livre de intolerância é um direito de um grupo particular. (LORDE, 2009, p. 6).

Entendemos que as mulheres negras também não devem ser pensadas como uma categoria universal, suas lutas são plurais e, nesse sentido, precisamos interseccionalizar nossas reivindicações a fim de contemplarmos as mulheres em suas multiplicidades. Sabemos que essas mulheres historicamente estiveram envolvidas na luta por garantia de direitos e na construção e utilização de estratégias para subverterem as normativas que lhes foram impostas. Nesse sentido, cabe pensar as subjetividades de mulheres negras não apenas pautadas em práticas de coerção, mas principalmente como espaço de práticas de si e práticas de liberdade.

Para Foucault (1995, p. 234), os sujeitos se constituem a partir da identificação e oposição aos poderes “maiores” na sociedade. Percebemos que é dessa forma que algumas mulheres negras têm se constituído: no movimento de voltar-se para si, de reconhecer-se enquanto uma mulher negra e de perceber as opressões que sofrem para além do gênero. Uma vez identificando os discursos opressores construídos historicamente sobre o seu ser, essas mulheres são capazes de se opor a eles. Nessa oposição, elas se unem a outras compartilhando as suas vivências em um processo contínuo de luta contra o sexismo, o racismo e outras formas de subordinação.

Articulação de mulheres negras na rede social *Instagram*

Entendemos que, como parte da oposição aos poderes “maiores” na sociedade, algumas mulheres negras têm se posicionado levantando potentes discussões acerca de suas demandas. Essas mulheres se articulam em movimentos presenciais, mas também é válido considerar que as lutas contemporâneas estão cada vez mais conectadas em redes. De acordo com Manuel Castells (2013, p. 170) “os movimentos sociais em rede, como todos os movimentos sociais da história, trazem a marca de sua sociedade; são constituídos de indivíduos que convivem com as tecnologias digitais no mundo híbrido da realidade virtual”. Nesse sentido, novas práticas de mobilização foram construídas, tendo em vista que a internet ampliou as possibilidades de interação entre os indivíduos. Com isso, as redes sociais tornaram-se espaços de articulação e discussão para que os

grupos subalternizados encontrem formas de protagonizar seus discursos, por meio do ativismo digital.

Sobre o termo ativismo digital ou ciberativismo, a pesquisadora Maria Eugenia Cavalcanti Rigitano (2003, p.3), apoiada nos estudos de Sandor Vegh (2003), explica que estes referem-se ao uso da internet por movimentos politicamente motivados. Para a autora:

A partir da incorporação da Internet, os ativistas expandem suas atividades tradicionais e/ou desenvolvem outras. A utilização da rede por parte desses grupos visa, dentre outras coisas, poder difundir informações e reivindicações sem mediação, com o objetivo de buscar apoio e mobilização para uma causa; criar espaços de discussão e troca de informação; organizar e mobilizar indivíduos para ações e protestos on-line e off-line. (RIGITANO, 2003, p. 3).

Observamos que ao se apropriarem da rede social *Instagram*, algumas mulheres negras têm levantado debates com um olhar interseccional, buscando compreender os diversos processos que atravessam as suas vivências.

Um dos perfis⁸ que temos acompanhado durante a pesquisa de mestrado é o da Giovanna Heliodoro⁹. Historiadora, comunicadora e mulher trans negra que apresenta conteúdos sobre culturas, história e diversidade. Em uma de suas postagens¹⁰, Giovanna reivindica espaço para se pensar as diversas mulheres dentro do movimento feminista, a fim de se obter um olhar acolhedor para as opressões que subjugam suas experiências.

FIGURA 1: Entramos no mês da mulher e acho válido começarmos com alguns questionamentos.

⁸ O perfil mostra a biografia e as publicações da usuária no *Instagram*.

⁹@transpreta.

¹⁰ Conteúdo criado e publicado que pode ter o formato de imagem, vídeo, texto, áudio ou todos eles juntos.



Fonte: https://www.instagram.com/p/CpQyX5_J1Pa/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D

Para além dessas intersecções, notamos que outras mulheres, ao interagirem com este conteúdo, também levantaram questionamentos sobre a necessidade do movimento feminista se atentar para outras vivências, como a de mulheres gordas, indígenas, periféricas e com deficiência.

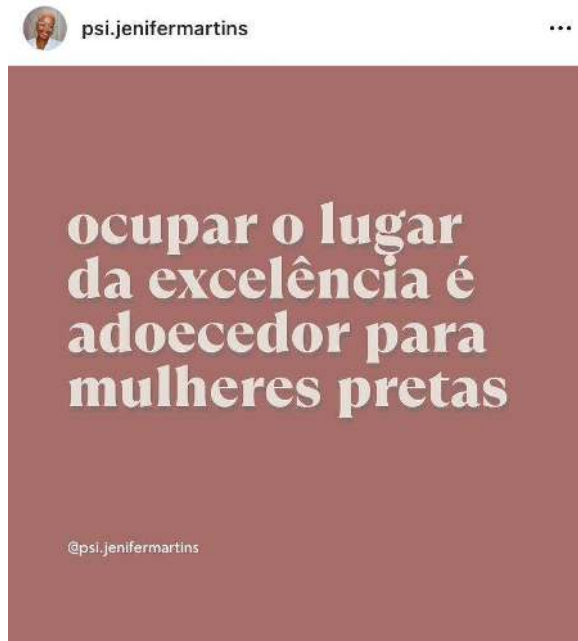
Outro perfil que temos acompanhado é o da Jenifer Martins Vieira¹¹. Mulher negra, psicóloga e criadora de conteúdos na rede social *Instagram* que, em sua biografia¹², salienta estar “repensando a existência de mulheres negras no processo de tornar-se”. Em suas postagens, Jenifer mobiliza reflexões acerca de mulheres negras e trabalho, maternidade, afetividade, autoestima, estereótipos e outras questões que perpassam suas vivências.

Em uma de suas publicações, a psicóloga aponta que é adoeceador para mulheres negras terem que provar o quão boa elas são em determinadas tarefas que elas se propõem a fazer.

FIGURA 2: Ocupar o lugar da excelência é adoeceador para mulheres pretas.

¹¹ @psi.jenifermartins.

¹² A Biografia do *Instagram* é a seção da rede social onde a usuária tem a oportunidade de se apresentar.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CkjJAxkpxh5/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>

Por carregarem marcadores sociais com base no gênero e na raça, a busca para serem reconhecidas e valorizadas faz com que mulheres negras tenham que se esforçar mais que outros grupos sociais em espaços como a universidade e o mercado de trabalho. É importante salientar que quando esses marcadores colidem com outros esses esforços precisam ser ainda maiores, como por exemplo os esforços feitos por uma mulher trans negra.

De fato, ocupar o lugar da excelência é adoecedor para mulheres negras e quando elas atingem esse lugar são impedidas de reconhecer suas potências. Bárbara Borges e Francinai Gomes, psicólogas e criadoras de conteúdos¹³ sobre saúde mental, psicologia e escrevivências, abordaram essa temática em uma de suas publicações no *Instagram*.

FIGURA 2: Preta, ninguém te deu nada... Você conquistou com sua competência.

¹³ @prapretoler.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CMDgLiTlvIB/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D>

As psicólogas apresentam a seguinte reflexão:

Já parou pra pensar como nós facilmente atribuímos nossas conquistas ao outro? Em contrapartida, você já viu algum(a) branco(a) herdeiro(a) falando sobre suas poses sem falar de competência/vontade? [...] Muitas vezes, esse é um exercício tão automático que sequer percebemos. Mas, em outros casos, vemos algumas de nós viver a vida acreditando que tudo que construíram na verdade foi dado. Quantas vezes você ouviu sua mãe ou sua tia nesses raciocínios? Quando falamos dos efeitos psicossociais do racismo nas pessoas brancas, é principalmente pela necessidade de responsabilizá-los. Esse discurso, por exemplo, serve a dois interesses: construir uma representação social de pessoas brancas como caridosas e também mascarar o fato de que elas sim têm poses pela sua cor. Racismo é estrutura relacional porque retira de uns e concede a outros no mesmo momento. Existe baixa autoestima intelectual em pessoas negras AO MESMO TEMPO que pessoas brancas constroem a representação de competentes e caridosos. - (Bárbara e Francinai, 5 mar. 2021).

Nascimento (1976), nos ajuda a refletir sobre essas questões quando destaca que existem mecanismos para selecionar quem preencherá certos espaços dentro da hierarquia de classes, e que o critério racial constitui-se em um desses mecanismos de seleção. Nesse sentido, a mulher negra marcada pelo critério de seleção com base no gênero e na raça:

[...] elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e

os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadora nas rurais. Podemos acrescentar [...] que a estas sobrevivências ou resíduos do escravagismo, se superpõem os mecanismos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante. Mecanismos que são essencialmente ideológicos e que ao se debruçarem sobre as condições objetivas da sociedade têm efeitos discriminatórios. Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser uma mulher de raça negra, como por terem sido escravos seus antepassados. (NASCIMENTO, 1976, p. 104).

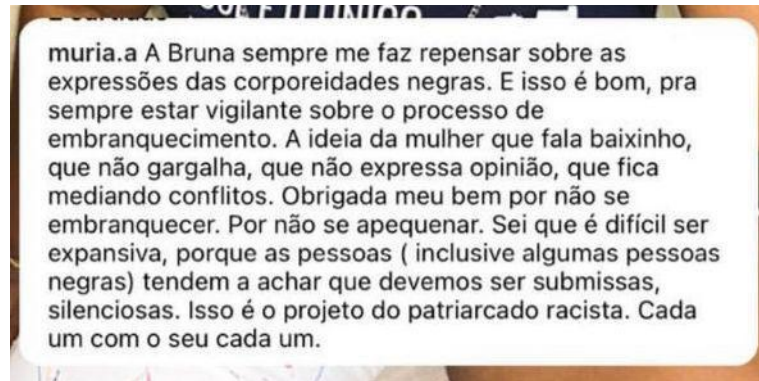
Notamos ainda hoje a desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho e é oportuno dizer que, mesmo após quase 50 anos do artigo publicado por Beatriz do Nascimento, as mulheres negras continuam ocupando os cargos mais subalternizados e com menor remuneração se comparadas aos homens brancos, mulheres brancas e aos homens negros. De acordo com Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em 2021, 6,4% dos cargos de direção eram ocupados por homens não negros, 5% por mulheres não negras, 2,2 % por homens negros e somente 1,9% eram ocupados por mulheres negras. Já o rendimento médio de homens não negros encontrava-se em torno de 3.471 reais, de mulheres não negras 2.674 reais, homens negros 1.968 reais e em contrapartida o rendimento das mulheres negras estava na faixa de 1.617 reais. Esses dados refletem a necessidade da associação entre classe, raça e gênero para se pensar na medida em que as condições de vida de algumas mulheres negras não sofreram alterações substanciais, mesmo após o processo abolicionista, conforme aponta Ângela Davis (2016).

Ao acompanharmos publicações de mulheres negras no *Instagram* temos analisado algumas interações que, para nós, se configuram como uma oportunidade de troca de experiências, saberes e vivências. Outra criadora de conteúdos digitais que têm abordado pautas importantes sobre negritude é a Bruna Carvalho. Mulher negra, lésbica e técnica em enfermagem que, em seu perfil¹⁴, mobiliza conteúdos sobre negritude, racismo, zami e lesbianidade de maneira política e articulado para a população negra e LGBTQIA+, além de trazer aspectos de saúde e prevenção em saúde.

¹⁴ @pretadireta.

É possível perceber que, ao mostrar seu dia a dia, Bruna vem questionando certos estereótipos colocados sobre a mulher negra e que tem provocado em outras sujeitas reflexões acerca de suas existências:

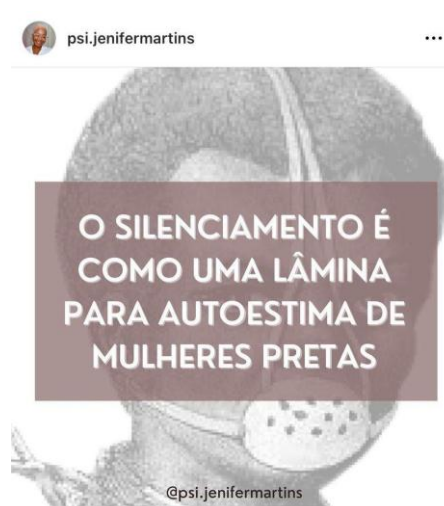
FIGURA 4: Interação.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CmUn2l5um1s/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D>

Este comentário abre margem para falarmos de silenciamentos e, para isso, vamos retomar o perfil de Jenifer que aborda a seguinte questão:

FIGURA 5: O silenciamento é como uma lâmina para a autoestima de mulheres pretas.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CYXRuBZlZWR/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D>

A mesma pontua que:

O silêncio sempre foi uma arma para o povo branco. Eles precisam que a gente se cale e que sejamos meros objetos para que o seu status de poder se mantenha intacto. Ao nos silenciar impossibilitamos o confronto com ideologias que limitam a nossa existência. O nosso silenciamento nos impede de dizer quem nós somos, o que pensamos e como sentimos. No silêncio a possibilidade de fazer trocas sobre as nossas vivências com nossos semelhantes se fecha, instala-se a impossibilidade de aprendermos e nos construirmos a partir da comunidade negra. Quando escolhemos apenas nos calar não conseguimos ir em busca de novos sentidos, sentidos que possam nutrir a nossa autoestima. O rompimento do silêncio é fundamental para que possamos reconhecer os nossos valores, impor os nossos limites, narrar a nossa história e pensar em um futuro diferente. Só assim poderemos eliminar as estruturas de poder que insistem em construir falsas crenças a nosso respeito, crenças essas que criam um apagamento de quem realmente somos e do potencial que possuímos. (Jenifer, 5 jan. 2022).

Lélia Gonzalez (2020) discorre sobre como o sistema patriarcal-racista apaga a humanidade das mulheres negras ao lhes negar o direito de ser sujeita do seu próprio discurso. Nesse sentido, destacamos as redes sociais como um dos atuais locais nos quais essas mulheres vêm se posicionando como agentes de transformação, compartilhando vivências em um processo de escreverem e protagonizarem suas histórias. Por meio de seus perfis, essas mulheres ganham voz, compartilham saberes, falam e escrevem sobre si travando lutas decoloniais que, de acordo com Catherine Walsh (2009), não pretende simplesmente:

[...] desarmar, desfazer ou reverter o colonial; ou seja, passar de um momento colonial a um não colonial, como se fosse possível que seus padrões e traços deixassem de existir. A intenção, antes, é apontar e provocar um posicionamento - uma postura e uma atitude contínuas - para transgredir, intervir, emergir e influenciar. O decolonial denota, então, um caminho de luta contínua em que podemos identificar, tornar visíveis e favorecer ‘lugares’ de exterioridade e construções alternativas. (WALSH, 2009, p. 15).

Se posicionando nas redes sociais essas mulheres negras têm a oportunidade de se conectarem com outras, uma vez que as linhas que tecem as diversas histórias de resistência dessas mulheres muito frequentemente se assemelham. Como sujeitas passamos por experiências únicas, todavia somos parte de um sistema maior. Ao identificarmos que determinadas situações se repetem com grupos semelhante aos

nossos percebemos que “somos uma, mas não estamos só”, e nesse processo nos fortalecemos juntas.

Essa reflexão nos retoma a Foucault (1982) que usa o cuidado de si como mais uma maneira de elucidar como as pessoas ao longo do tempo se constituíram enquanto sujeitos. Esse cuidado consiste em voltar-se para si, cuidar de si, de se colocar no mundo de uma maneira cuidadosa, de prestar atenção em si mesmo, de olhar para si internamente e de construir uma forma de existir no mundo preocupada consigo e com os outros. Trazendo para os dias atuais e para a nossa análise sobre os processos de subjetivação e articulação de mulheres negras, podemos pensar no cuidado de si e das outras por meio da dor. Esse termo foi cunhado por Vilma Piedade em 2017, para se referir à união das mulheres negras através da dor. Seu conceito vem para dialogar com o conceito de sororidade. No entanto, a autora salienta que:

A sororidade parece não dar conta da nossa pretitude. Foi a partir dessa percepção que pensei em outra direção, num novo conceito que, apesar de muito novo, já carrega um fardo antigo, velho conhecido das mulheres: a Dor - mas, neste caso, especificamente, a dor que só pode ser sentida a depender da cor da pele. Quanto mais preta, mais racismo, mais dor [...] O caminho que percorro nessa construção conceitual me leva a entender que um conceito parece precisar do outro. Um contém o outro. Assim como o barulho contém o silêncio. Dororidade, pois contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciadas, a dor causada pelo Racismo. E essa Dor é Preta. (PIEADADE, 2017, p. 16).

Quando as mulheres negras olham para si, para as suas dores, para sua história e para os seus sentimentos, nesta relação consigo, elas também conseguem estabelecer uma relação com as outras. Essas mulheres se subjetivam por meio do dispositivo de gênero, de sexualidade, de classe, pelo dispositivo amoroso, materno, mas se subjetivam sobretudo pelo dispositivo de raça, e é esse que as unem.

Ao analisarmos algumas postagens no *Instagram*, identificamos interações de mulheres negras com os conteúdos publicados por outra mulher negra e notamos, por meio dos seus relatos, que existe uma reflexão sobre outras possibilidades de se constituírem enquanto sujeitas.

FIGURA 6: Comentários.

Eu precisava disso ❤️ muitas vezes penso que se me fechar poderia me preservar da dor, mas tb fecho para afetos! Importante demais esse post 😊 acho que entender minha potência e meu valor, de certa forma me traz de volta para mim, e compreender que não sou determinada pelas ações dos outros, sei da minha potência e meu valor! ❤️

1 curtida Responder Ver tradução

Já pensei demais sobre isso, e sua reflexão me fez pensar em quantas vezes fiquei calada pra não ser a raivosa, a braba, a grossa, enfim. Diversos são os adjetivos que nos colocam quando somos assertivas diante de situações racistas e machistas. Não ligo mais se sou a grossa, pois mesmo que a gente discuta sobre nosso posicionamento, a maioria das pessoas não querem saber. Sempre esperam de nós docilidade e submissão.

2 curtidas Responder Ver tradução

Os sentimentos que gritaram aqui: identificação e alívio. Post rico em sensibilidade e direcionamento! 🥰❤️👊

5 curtidas Responder Ver tradução

É um afago essa postagem.

Responder Ver tradução

Fonte: Elaborado pelas autoras com comentários extraídos do *Instagram*.

Nessa perspectiva, as lutas das mulheres negras e as estratégias de resistência criadas por elas tem ganhado força nas redes sociais, possibilitando um espaço para falar de si, mas ao mesmo tempo acolher outras histórias.

Leticia Nascimento (2021, p. 80), salienta que passou a compreender que as suas dores não eram só suas e, dessa forma, começou a se perceber como singular, mas também como coletivo. Assim, em redes como o *Instagram*, mulheres negras criam espaços para debates, dororidade, construção e reconstrução de subjetividades, buscando romper com discursos universais que atravessam a si e a outras mulheres em seus recortes identitários.

Temos como hipótese da nossa pesquisa que por meio dessa articulação de mulheres na rede social *Instagram* ocorrem processos educativos. Estamos considerando que a educação pode ser compreendida como:

[...] o instrumento graças ao qual todo o indivíduo, numa sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso; sabemos, no entanto, que na sua distribuição, naquilo que permite e naquilo que impede, ela segue as linhas que são marcadas pelas distâncias, pelas oposições e pelas lutas sociais. Todo o sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que estes trazem consigo. (FOUCAULT, 1971, p. 43-44).

Entendemos que se mantém ou se modificam discursos em diferentes espaços como, escolas, casas, ruas e redes sociais; e consideramos que:

[...] existe pedagogia em qualquer lugar em que o conhecimento é produzido, em qualquer lugar em que existe a possibilidade de traduzir a experiência e construir verdades, mesmo que essas verdades pareçam irremediavelmente redundantes, superficiais e próximas ao lugar-comum. (GIROUX; MCLAREN, 1995, p. 144).

Nesse sentido, não estamos desconsiderando que nas redes sociais da internet os espaços para se modificar os discursos construídos historicamente sobre mulheres negras são conquistados com disputas, que perpassam por oposições, lutas sociais e ideológicas. Todavia, essas mulheres têm construído novas verdades, têm produzido e partilhado saberes. Assim, desejamos futuramente, com esta pesquisa, reconhecer novas possibilidades de educação de sujeitas que se identificam dentro de identidades coletivas e se articulam em defesa de suas demandas.

Considerações Finais

Ao perpassarmos pelo processo de subjetivação de mulheres negras, destacamos que dois marcadores sociais influenciam diretamente a maneira pela qual essas mulheres se constituem enquanto sujeitas, sendo eles: gênero e raça. Tomamos como referência o filósofo Michel Foucault para compreender o seu pensamento quanto aos aspectos sócio-históricos e discursos que subjetivam os sujeitos, e buscamos assim perceber esses processos de subjetivação nas experiências vivenciadas pelas mulheres negras.

No decorrer deste artigo, foi possível refletirmos sobre as diferenças existentes entre as mulheres e a inviabilidade de pensarmos supostas universalidades e unidade das sujeitas enquanto mulher. Refletimos sobre os diferentes discursos, estereótipos e enquadramentos sociais que são dirigidos às mulheres negras e salientamos que essas mulheres também não devem ser pensadas de uma forma universal. Intelectuais negras como, Carla Akotirene nos ajudaram a elucidar que é preciso nos atentarmos para as interseccionalidades que atravessam a vida das sujeitas, não podendo deixar de assinalar que outros marcadores sociais incidem diretamente no processo de subjetivação de mulheres negras, para além do gênero e da raça.

Consideramos neste artigo como essas mulheres historicamente estiveram envolvidas na luta contra o sexismo, o racismo e outras formas de subordinação, buscando subverterem as normativas que lhes foram impostas secularmente, e

salientamos como nos tempos atuais essa luta vem ocupando os espaços das redes sociais. Observamos que em redes, como o *Instagram*, mulheres negras, principalmente jovens, têm tido a oportunidade de protagonizar seus discursos dentro de uma sociedade que carrega a herança do silenciamento de tais sujeitas e que ao ocuparem esses espaços essas mulheres têm criado novas estratégias de resistência.

Apontamos como as publicações das criadoras de conteúdos na rede social supracitada têm levantado importantes debates e reflexões que vão contra os discursos construídos sobre as mulheres negras de formas negativas, por um ideal hegemônico branco. Essas mulheres mostram que existem outras histórias e que é importante falar sobre elas.

A construção de subjetividades de mulheres negras como um constante voltar-se para si e para as outras aparece nos perfis aqui analisados. Percebemos que ao olharem para si e reconhecerem suas dores essas mulheres percebem como alguns de seus processos são semelhantes ao de outras e, assim, se unem por meio da dor, (re)existindo e se (re)afirmando enquanto sujeitas em diferentes espaços sociais.

Por fim, anunciamos a possibilidade de se pensar nos processos educativos que ocorrem por meio da articulação dessas mulheres no *Instagram*. É válido considerarmos que construímos nossas subjetividades imersos em uma lógica colonialista, onde apenas um grupo domina a formulação do saber. Desse modo, pensar em novas possibilidades de se conhecer e se educar é fundamental para que consigamos subverter o projeto de dominação que se estruturou pela colonialidade e eurocentrismo.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Disponível em:

https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/enfrentamento-ao-racismo/obras_digitalizadas/chimamanda_ngozi_adichie_-_o_perigo_de_uma_historia_unica.pdf. Acesso em: 23 nov. 2022.

AGUIAR, Sonia. Redes Sociais: da mobilização popular ao ativismo digital. In: *Das ruas às redes: 15 anos de mobilização social na luta contra a fome e a pobreza*. Rio de Janeiro: COEP, p. 30-41, 2008. Disponível em:

https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ruas_redes_2008.pdf. Acesso em: 24 nov. 2022.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.

Disponível em:

[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_\(Feminismos_Plurais\)_-Carla_Akotirene.pdf?1599239359](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_(Feminismos_Plurais)_-Carla_Akotirene.pdf?1599239359). Acesso em: 14 set. 2022.

BARBERO, Jesus Martin. *Diversidade em convergência*. São Paulo, Matrizes, v. 8, n. 2, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/90445/93215>. Acesso em: 23 nov. 2022.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/B33FqnvYyTPDGwK8SxCPmhy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 out. 2022.

BUTLER, Judith Pamela. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/191493/PFIL0320-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 7 out. 2022.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. Disponível em: https://ciberconflitos.files.wordpress.com/2014/10/castells_redes-de-indignacao-e-esperanca.pdf. Acesso em: 19 nov. 2022.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILG, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo, Boitempo, 2020. Disponível em: https://cursosextencao.usp.br/pluginfile.php/843831/mod_resource/content/3/Patricia%20Hill%20Collins%20-%20Interseccionalidade%20%28oficial%29.pdf. Acesso em: 7 out. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*. Ano 10 vol. 1, 2002. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTp4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2022.

DAVIS, Ângela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod_resource/content/0/Angela%20Davis_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf. Acesso em: 11 mar. 2023.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *A inserção da população negra e o mercado de trabalho*. Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosPopulacaoNegra2021.html>. Acesso em: 02 Jan. 2023.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.28, n.1, p. 151-162, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27882/29654>. Acesso em: 19 out. 2022.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Paris: Éditions Gallimard, 1971. p.1-45. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3111617/mod_resource/content/1/Michel%20Foucault-A%20Ordem%20do%20Discurso%20%282004%29.pdf. Acesso em: 11 mar. 2023.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Subjetividade e verdade*: curso no Collège de France (1980-1981). Trad. Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*: curso dado no Collège de France (1981-1982). Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 229-249, 1995.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da sexualidade. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 244.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, Manoel Barros da. *Foucault: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 264-287.

GIROUX, Henry Armand; MCLAREN, Peter. Por uma pedagogia crítica da representação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da, MOREIRA, Antônio Flávio, (Org.) *Territórios Contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*. v. 16, n. 47, maio-ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 nov. 2022

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, jan./jun. 1988a. p. 69-82, Disponível em: <https://institutoodara.org.br/wp-content/uploads/2019/09/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro, Zahar, 2020. p. 126-136. Disponível em:

<https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2022.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 35-86.

Disponível em:

<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/04/TecnologiasdoEuEducacaoLarrossa.pdf>. Acesso em: 7 out. 2022.

LORDE, Audre. Não há hierarquias de opressão. In: *Textos escolhidos de Audre Lorde*. s/l: Herética Edições Lesbofeministas Independentes, 2009. Disponível em:

https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-populacao-lgbt/obras_digitalizadas/audre_lorde_-_textos_escolhidos_portu.pdf. Acesso em: 7 out. 2022.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: RATTTS, Alecsandro (Alex) J. P. *Eu sou Atlântica: sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo, Instituto Kuanza; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. 102-105. Disponível em:

<https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

NASCIMENTO, Beatriz. Por uma história do homem negro. In: RATTTS, Alecsandro (Alex) J. P. *Eu sou Atlântica: sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo, Instituto Kuanza; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. 93-105.

Disponível em:

<https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>. Acesso em 24 out. 2022.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PIEIDADE, Vilma. *Dororidade*. São Paulo: Editora Nós, 2017.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?*. 1. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2018. Disponível em:

<http://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/4069/material/Quem%20Tem%20Medo%20do%20Feminismo%20Negro%20-%20Djamila%20Ribeiro.pdf>. Acesso em: 7 out. 2022.

RIGITANO, Maria Eugênia Cavalcanti. *Redes e ciberativismo*. I Seminário Interno do grupo de Pesquisa em Ciberidades, FACOM-UFBA. 2003. Disponível em:

<http://bocc.ufp.pt/pag/rigitano-eugenia-redes-e-ciberativismo.pdf>. Acesso em 17 nov. 2022

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Neusa_Santos_Souza_-_Tornar-se_Negro.pdf?1599. Acesso em: 7 out. 2022.

TRUTH, Sojourner (1851). *E não sou uma mulher?* Trad. Osmundo Pinho, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Cachoeira). Portal Geledés, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 7 out. 2022.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad, Estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar/Ediciones AbyaYala, 2009. Disponível em: <https://docplayer.es/8551306-Interculturalidad-estado-sociedad-luchas-de-coloniales-de-nuestra-epoca.html>. Acesso em: 08 mar. 2023.

Recebido em abril de 2023.
Aprovado em julho de 2023.